

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 021/2021
Cedente: Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade - SIE
Cessionário: Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa - Complexo Penitenciário de Chapecó . **Objetos:** 01 equipamento, Marca/Modelo JCB 214 E – Placa: MIH7365 - Prefixo: RE8067; 01 equipamento, Marca/Modelo Cowdin CM 165 - Prefixo: MN 7166 .**Vigência:** 01/09/2021 à 31/12/2026. **Local e Data:** Florianópolis, 09/12/2021. **Signatários:** Thiago Augusto Vieira pelo Cedente, e o Sr. Leandro Antônio Soares Lima, pela Cessionária. SAP **78148/2021**.

Cod. Mat.: 787062

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 020/2021
Cedente: Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade - SIE
Cessionário: Prefeitura do Município de Rio Rufino.
Objeto: 01 Máquina, Marca/Modelo COWDIN CM 165 - Prefixo: MN7169.
Vigência: 01/01/2022 à 31/12/2022.
Local e Data: Florianópolis, 09/12/2021.
Signatários: Thiago Augusto Vieira pelo Cedente, e o Sr. Erlon Tancredo Costa, pela Cessionária. SIE **20970/2021**.

Cod. Mat.: 787115

Saúde

PORTARIA nº 1341 de 09/12/2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o dispositivo no art. 106, Parágrafo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 003/2020/SEA/DIPA de 28 de fevereiro de 2020 e a Instrução Normativa Conjunta DGPA-SEA/DCOG-SEF nº 001 de 12 de abril de 2011, em seu Art. 9º, **RESOLVE:**
Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão Central Permanente, que se incumbirá pela avaliação, controle e supervisão de baixa, dos bens permanentes. Ademilson Hames, matrícula: 294653-0-01; Alaide Jocelina Adriano, matrícula: 360350-4-01; Janete dos Santos, matrícula: 295042-1-01; Thiago Rücker, matrícula: 658575-2-01; Carlos Alberto Oliveira de Souza, matrícula: 657138-7-01; Vera Lúcia de Souza Petry, matrícula: 295874-0-0; Roberta Pando de Melo, matrícula: 359495-5-01; Jean César Beltrame, matrícula: 666638-8-01.
Art. 2º - As unidades e setores vinculados a SES, sempre que solicitados, deverão fornecer à Comissão Central Permanente os documentos e informações necessários à realização dos trabalhos.
Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data da sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 642, publicada no D.O.E nº 21.343 de 31/08/2021.

ANDRÉ MOTTA RIBEIRO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 787036

PORTARIA nº. 1349 – 10/12/2021.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAUDE, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 106, §2º. da Lei Complementar nº. 741, de 12/06/2019 e Processo SES 151250/2021, **RESOLVE DESIGNAR** o servidor **GABRIEL WOLLINGER KOERICH**, matrícula nº. 962.383-3-02, ocupante do cargo em comissão de Assistente de Gabinete, para responder cumulativamente pelo expediente da Diretoria de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica - DITIG, no período de 29/11/2021 até 28/12/2021, durante usufruto de férias da Titular, Bianca Pinto Vieira, matrícula nº. 604.664-9-01.
ANDRÉ MOTTA RIBEIRO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 787183

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO.
Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 133570/2021** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **MEDILAR IMPOR. E DISTR. DE PROD. MÉDICO-HOSPITALARES SA**– CNPJ Nº 07.752.236/0001-23 a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento da Autorização de fornecimento nº 16204/2021, Edital nº 1062/2021.

Cod. Mat.: 786988

Segurança Pública

DESPACHO
O PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA E PERÍCIA OFICIAL, no uso de suas atribuições, com base na LC 741/2019, e conforme o processo PCSC 87319/2021, resolve **CONHECER E NÃO ACOLHER** o recurso, mantendo a decisão do Delegado-Geral da Polícia Civil de SC, às fls.82, que se alinha à apreciação realizada pela Comissão Permanente de Promoção às fls. 42 *usque* 44, a qual indica o não preenchimento de requisitos legais para o reconhecimento. Destaco ausentes na ação policial apreciada, "o risco incomum à própria vida ou de outrem", previsto no parágrafo 1º do art. 67 da Lei Estadual nº 453/2009, entendendo tratar-se de risco cotidiano à atividade. Tem-se, ainda, não presente no caso concreto fato que tenha ocasionado" sérios riscos à vida ou à integridade do policial civil", nos termos previstos pelo art. 20, *caput*, do Decreto Estadual nº 2669/2009, tudo perfeitamente apreciado pela respeitável Comissão Permanente de Promoção., e corroborado pela ASJUR da DGPC (fls. 75 *usque* 80).
Cel BM MARCOS AURELIO BARCELOS
Comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina
Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina
Presidente do Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial

Cod. Mat.: 787010

Polícia Civil

PORTARIA Nº 1171/PCSC/DGPC/CORPC, de 06/12/2021.
A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Corregedor-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da **Sindicância Acusatória nº 32/2021**, na qual é sindicado o servidor de matrícula nº 250.849-4, mandada instaurar pela Portaria nº 131/PCSC/DGPC/CORPC, de 19/02/2021, publicada no D.O.E. nº 21.605, de 14/09/2021, **com efeitos a contar do dia 13/12/2021.**
Alessandro de Sousa Isoppo
Corregedor-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 785628

PORTARIA Nº 044/SSP/DGPC/GEPLA, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021.
O Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições estabelecidas no art. 9º, inciso IV, do Decreto 348, de 13 de novembro de 2019, e, tendo por fundamento o art. 117, combinado com o art. 184, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **Resolve:**
Art. 1º - Designar o servidor **DIEGO LUIZ MARQUES** – Matrícula 656.788-6, cargo de Escrivão de Polícia Civil, para atuar como fiscal do Convênio nº 2021TN001477, celebrado entre o Município de Ponte Serrada e o Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Civil, tendo por objeto a “ampliação, construção de uma garagem e sala de depósito, da Delegacia de Polícia da cidade de Ponte Serrada/SC”, cuja vigência iniciou em 10/12/2021 e encerra-se em 09/12/2022.
Art. 2º - Ao fiscal designado na forma do artigo anterior, sob pena de responsabilidade, compete o fiel cumprimento do disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que se dará pelo cumprimento das responsabilidades constantes no anexo único desta portaria.
Art. 3º - À Gerência de Planejamento e Avaliação da Delegacia-Geral da Polícia Civil de Santa Catarina compete à supervisão e orientação dos procedimentos de fiscalização, incluindo a adoção de medidas cabíveis nas hipóteses em que lhe sejam comunicadas irregularidades na execução dos convênios.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
MARCOS FLÁVIO GHIZONI JÚNIOR
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 786874

PORTARIA Nº 287/DIAF/DGPC/PCSC, de 10/12/2021
A COORDENADORA ADJUNTA DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 1626/GAB/DGPC/PCSC de 18/10/2021, publicada no DOE/SC nº 21.630 de 20/10/2021, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **GARDIZ FERNANDES GOULART**, matrícula nº 0312591-2-02, para atuar na fiscalização do Contrato nº 220/CPL/DGPC/2021. PCSC 54387/2021.
ANNA PAULA DE MACEDO MOTA
Coordenadora Adjunta do Fundo de Melhoria da Polícia Civil

Cod. Mat.: 787292

Polícia Militar

PORTARIA Nº 499/PMSC/2021.

ASSUNTO: Estabelece preceitos para o atendimento do princípio da publicidade dos atos administrativos da Polícia Militar e dá outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, fundamentado no artigo 10 do Regulamento para as Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares (R-200), aprovado pelo Decreto federal nº 88.777, de 30 de setembro de 1983; art. 5º da Lei estadual nº 6.217, de 10 de fevereiro de 1983 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar), e artigo 5º do Regulamento da Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto Estadual nº 1.601, de 3 de dezembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º A publicação de atos administrativos passa a se dar em:

- I – Diário Oficial do Estado (DOE);
- II – Boletim Oficial da Polícia Militar (BOPM);
- III – Boletim Reservado da Polícia Militar (BRPM); e
- IV – Boletim Interno (BI) de cada organização policial militar.

Art. 2º No DOE serão publicados os editais, convênios, atos administrativos ordinatórios que gerem ônus ao Estado, bem como atos de desativação, reativação e transferência de sede de organização policial militar.

Art. 3º No BOPM serão publicados os atos administrativos do Comando-Geral que sejam de interesse público que não requeiram ser publicados em DOE.

Parágrafo único. Além do Comando-Geral, os órgãos de direção setorial, bem como os de assistência direta e imediata ao Comandante-Geral, publicarão no BOPM os atos administrativos de sua competência que sejam de interesse público.

Art. 4º No BRPM serão publicados:

I – os atos referentes à Justiça e Disciplina de toda a Instituição, preservando-se os preceitos de hierarquia e disciplina, com restrição de acesso, de modo que as alterações judiciais e disciplinares dos policiais militares somente estejam acessíveis a seus superiores e a policiais militares de seu círculo hierárquico; e

II – atos de avaliação destinados à promoção de oficiais promoção de oficiais e de praças.

Art. 5º O BI da OPM é o documento em que o Cmt OPM publica todas suas ordens, as ordens das autoridades superiores, os atos administrativos de interesse interno e os fatos que devam ser do conhecimento de todos os seus subordinados.

Parágrafo único. O BI terá suas publicações divididas em:

- I – Primeira Parte - Escalas de Serviço;
- II – Segunda Parte – Instrução;
- III – Terceira Parte - Assuntos Gerais e Administrativos.

Parágrafo único. O texto de cada parte poderá ser subdividido em partes menores para fins de melhor organização e compreensão.

Art. 6º A publicação dos BOPM, BRPM e BI se dará semanalmente, no último dia útil de cada semana.

§ 1º Poderá haver publicação antecipada ou postergada conforme a necessidade e o vulto das matérias a divulgar.

§ 2º A publicação do BOPM se dará no sítio eletrônico da Polícia Militar na rede mundial de computadores (internet).

§ 3º Os demais periódicos serão publicados na rede interna da Policia Militar (intranet).